

Apartheid na Cisjordânia

Nos meus ensaios anteriores, concentrei-me principalmente em Gaza – um lugar que agora enfrenta uma catástrofe **sem precedentes na história humana moderna**. A escala da destruição é impressionante: uma área com apenas um terço do tamanho de Hiroshima foi bombardeada com uma força explosiva equivalente a **sete bombas atômicas**. Todos os vestígios da civilização humana foram esmagados. Pelo menos **60.000 palestinos** foram confirmados mortos, mas especialistas estimam que o número real de mortos pode estar próximo de **400.000** – quase **um quinto da população de Gaza**.

Esse nível de devastação pode levar alguns a supor que a vida é melhor na Cisjordânia, onde não há Hamas nem resistência armada – um modelo que a França e vários governos árabes propuseram como condição para reconhecer um estado palestino.

Mas essa suposição está perigosamente errada.

Neste ensaio, quero falar sobre **a vida sob ocupação na Cisjordânia** – não porque seja mais pacífica, mas porque é **um sistema de eliminação mais lento e calculado**. Um sistema executado não por bombas e bloqueios, mas por burocracia, roubo de terras, leis de apartheid e a violência incessante dos colonos.

Anexação Rastejante

A Cisjordânia, segundo o plano de partição da ONU de 1947, deveria fazer parte do estado árabe – um território palestino contíguo. Essa visão nunca se materializou. O que existe hoje não é um estado viável ou mesmo um território coerente, mas um arquipélago fragmentado e encolhendo de enclaves palestinos sob vários níveis de controle israelense. Isso não é acidental. É o resultado de décadas de políticas israelenses deliberadas voltadas para a expansão territorial permanente, o deslocamento de palestinos e a anexação de terras.

O governo israelense efetivamente dividiu a Cisjordânia em três tipos de zonas:

1. **Zonas de fato anexadas** – Essas áreas, principalmente dentro e ao redor dos principais assentamentos israelenses, estão sob controle civil e militar completo de Israel. Elas foram integradas à rede de infraestrutura de Israel, recebem serviços municipais israelenses e são frequentemente patrulhadas pela polícia israelense em vez do exército. Os colonos nessas áreas são cidadãos israelenses com plenos direitos legais, direito de voto e liberdade de movimento. Seus vizinhos palestinos, muitas vezes a apenas algumas centenas de metros, vivem sob a lei militar e restrições no estilo apartheid.
2. **Zonas sob limpeza étnica ativa** – Estas são áreas rurais palestinas visadas para demolições, deslocamentos e colonização. Vilarejos inteiros – como Khan al-Ahmar, Ma-

safer Yatta e Ein Samia – enfrentaram ordens de demolição repetidas. Casas palestinas têm regularmente negados os pedidos de permissão de construção, são declaradas ilegais e demolidas pela Administração Civil Israelense. Enquanto isso, os postos avançados israelenses – tecnicamente ilegais mesmo sob a lei israelense – são retroativamente legalizados e conectados a estradas, água e eletricidade. Os suprimentos de água são desviados para os colonos, enquanto as comunidades palestinas dependem de cisternas. As estradas de acesso são fechadas para palestinos e marcadas como “apenas para israelenses”. Terras de pastagem e olivais são confiscados ou tornados inacessíveis. A violência dos colonos, muitas vezes com o apoio ou indiferença do exército, é usada como uma ferramenta estratégica para expulsar os palestinos de suas terras.

3. **Áreas sob controle nominal da Autoridade Palestina (Área A)** – Essas zonas, que, segundo os Acordos de Oslo, deveriam estar sob controle civil e de segurança total palestino, são enclaves ghettoizados cercados por território controlado por Israel. Entrada e saída estão sujeitas a checkpoints israelenses, fechamentos e toques de recolher. Os palestinos não podem se mover livremente entre cidades como Ramallah, Nablus e Hebron sem passar por barreiras militares israelenses. Estradas que os palestinos não podem usar cruzam a paisagem, conectando assentamentos enquanto cercam as cidades palestinas. Mesmo dentro da Área A, as incursões israelenses são frequentes. A Autoridade Palestina não tem autoridade para detê-las. Suas forças de segurança são efetivamente terceirizadas para suprimir a resistência palestina e manter a estabilidade sob a ocupação.

Essa matriz de controle equivale a uma forma de anexação em câmera lenta. Não é marcada por uma única lei ou declaração, mas por uma expansão constante de blocos de assentamentos, zonas militares, estradas de desvio e instrumentos burocráticos de dominação. A presença palestina é tornada precária e temporária, enquanto a presença dos colonos israelenses é tornada permanente e em constante expansão.

Não existe “status quo” na Cisjordânia. O status quo é movimento: um movimento rastejante e calculado em direção ao controle total israelense e à eliminação de qualquer perspectiva de um estado palestino soberano. Todos os dias, o mapa muda um pouco – mais uma colina confiscada, outra vila isolada, outro olival destruído. Isso não é um conflito congelado. É um processo ativo de colonização.

Viajar na Cisjordânia: Um Jogo Diário

Para os palestinos na Cisjordânia, até mesmo a viagem mais comum – para a escola, trabalho, hospital ou uma vila vizinha – pode se tornar uma **provação perigosa para a vida**. Postos de controle militares israelenses e estradas de desvio para colonos dividem o território em dezenas de enclaves fragmentados. O que deveria ser uma **viagem de 10 minutos** pode levar horas ou não ser concluída.

Viajar é um **jogo de azar** porque:

- **Imprevisibilidade dos checkpoints:** Há mais de **500 checkpoints permanentes e improvisados** espalhados pela Cisjordânia. Qualquer um deles pode ser fechado sem aviso, por minutos ou dias. Soldados podem deter viajantes arbitrariamente, revistar veículos ou negar passagem sem explicação.
- **Fechamentos militares:** Áreas inteiras são frequentemente declaradas “zonas militares fechadas”, muitas vezes em resposta a protestos ou incidentes com colonos. Durante os fechamentos, os palestinos estão **confinados em suas casas**, sem possibilidade de sair para trabalhar, estudar ou receber tratamento médico.
- **Estradas para colonos e restrições de veículos:** Muitas estradas na Cisjordânia são reservadas **apenas para colonos israelenses**. Os palestinos são proibidos de usá-las, forçados a percorrer rotas mais longas, menos mantidas e fortemente monitoradas. Apreensão de veículos e multas são comuns.
- **Prisões e detenções arbitrárias:** Em qualquer checkpoint, um palestino pode ser **preso sem acusações**, especialmente se seu nome aparecer no banco de dados do exército – que pode incluir **menores, estudantes** ou **ativistas**. A detenção pode significar dias ou meses em uma prisão militar, muitas vezes sem julgamento.
- **Assédio e humilhação:** Soldados submetem regularmente os palestinos a insultos verbais, revistas invasivas e atrasos de horas. Não há recurso legal ou responsabilidade por tais tratamentos.
- **Emboscadas e tiroteios:** Há casos documentados em que soldados israelenses ou colonos **abrem fogo contra veículos** considerados suspeitos ou cujos motoristas não pararam rápido o suficiente. Eles são frequentemente fatais, e as investigações – se iniciadas – raramente levam a consequências.
- **Violência de colonos nas estradas:** Colonos atiram pedras regularmente em carros palestinos, bloqueiam estradas impunemente e até atacam veículos e passageiros. As forças israelenses muitas vezes assistem ou protegem os colonos.

Nesse sistema fragmentado, **a liberdade de movimento não existe**. A capacidade de viajar de uma vila para outra – para um hospital, visitar a família, transportar mercadorias – está sujeita a uma matriz em constante mudança de **ordens militares, agressões de colonos e controle burocrático**.

Não é apenas um inconveniente; é um sistema de **estrangulamento calculado** – projetado para tornar a vida normal impossível, isolar comunidades e empurrar os palestinos para fora de suas terras.

Mecanismos de Deslocamento: Violência dos Colonos

Na Cisjordânia ocupada, o deslocamento forçado nem sempre vem de declarações oficiais ou ordens militares diretas. Mais frequentemente, ele se desenrola por meio de uma campanha lenta e calculada de terror orquestrada por colonos israelenses – uma campanha tolerada, protegida e, em última análise, apoiada por toda a maquinaria do estado israelense. Essa violência não é aleatória. É sistemática, estratégica e destinada a expulsar os palestinos de suas terras.

O processo geralmente se desenvolve em três fases crescentes:

1. Intimidação e Invasão de Casas Privadas

A primeira fase frequentemente começa com colonos entrando sem convite em propriedades palestinas. Eles chegam em plena luz do dia, às vezes em grupos, muitas vezes armados. Podem entrar na casa de uma família palestina e acampar na sala de estar como se fosse sua. Comem comida da cozinha, insultam a família, lançam insultos racistas, vandalizam móveis, quebram janelas, picham grafites ou urinam nos pisos. Esses atos são profundamente humilhantes – não apenas violações de privacidade, mas tentativas deliberadas de dominar e instilar medo.

Essas invasões não se limitam a incidentes isolados. São repetidas e direcionadas, destinadas a quebrar a vontade dos residentes. A mensagem é clara: “Esta não é mais sua terra”. E os palestinos sabem que, se resistirem, correm o risco de prisão, ferimentos ou pior – não por repelir os invasores, mas por “incitação” ou “agressão” contra colonos.

2. Destruição dos Meios de Subsistência

Se a intimidação não consegue expulsar uma família, os colonos frequentemente intensificam, atacando seus meios de sobrevivência. Cortam oliveiras centenárias, símbolo não apenas de renda, mas também de herança cultural. Envenenam ou arrancam culturas, dispersam rebanhos, roubam ou abatem ovelhas. Tanques de água e tubos de irrigação – vitais em áreas rurais sem acesso à rede hídrica dominada por Israel – são destruídos ou crivados de balas. Poços são preenchidos com pedras ou concreto.

A destruição não é vandalismo aleatório. É uma tática para tornar a vida agrícola impossível. Sem culturas, sem gado, sem água, as famílias palestinas são forçadas a abandonar a terra em busca de sobrevivência em outro lugar. O objetivo não é apenas ferir, mas limpar a terra de seus habitantes.

3. Demolição e Incêndios

Por fim, quando os palestinos ainda se recusam a partir, os colonos miram as próprias casas. Às vezes, trazem tratores e escavadeiras. Às vezes, incendeiam casas à noite, prendendo famílias dentro ou forçando-as a fugir sem nada. Vídeos e testemunhos oculares documentam casas queimadas, pertences roubados e vilarejos inteiros reduzidos a cinzas.

Essa destruição frequentemente segue um padrão claro: um incêndio ou demolição em um dia, uma expansão de um posto avançado no dia seguinte. Uma vez que a terra é liberada, os colonos se mudam – erguendo trailers, cercas e sinagogas. Esses postos avançados ilegais são então conectados a estradas, eletricidade e água. Eles são rapidamente “normalizados”, protegidos pelo exército israelense e, eventualmente, legalizados retroativamente pelo governo israelense.

Impunidade e Repressão

Em cada uma dessas fases – invasão de casas, destruição de meios de subsistência e demolição – a mensagem aos palestinos é a mesma: saiam ou serão destruídos.

E em cada caso, **a impunidade é garantida**. A **Autoridade Palestina** não tem jurisdição nessas áreas e não ousa confrontar os colonos, sabendo que isso provocaria retaliação israelense. A **polícia e o exército israelense** regularmente fazem vista grossa – a menos que os palestinos resistam. Nesse caso, a resposta é rápida: prisões, espancamentos, munição letal, incursões militares. A resistência é criminalizada, enquanto a violência dos colonos é justificada ou negada. As vítimas não têm recurso para buscar justiça.

O que emerge é um regime de ilegalidade para os colonos e guerra jurídica contra os palestinos – um sistema duplo de impunidade e repressão. Os colonos servem como a vanguarda da anexação, fazendo o que o governo israelense ainda não pode fazer abertamente: remover os palestinos de suas terras à força.

Isso não é espontâneo nem orgânico. É uma política. Um método. Uma estratégia de deslocamento executada por civis, sancionada pelo estado e imposta por um exército.

Água como Arma

A água, a necessidade mais básica para a vida, tornou-se um instrumento de dominação na Cisjordânia. Embora as táticas tenham mudado ao longo do tempo, a estratégia permanece a mesma: tornar a existência palestina insustentável. O uso da água como arma de guerra – outrora aberto e biológico, agora estrutural e infraestrutural – é uma pedra angular do regime de ocupação israelense.

Paralelos Históricos: Do Veneno ao Controle

Nos primeiros dias da Nakba, milícias e cientistas israelenses planejaram e, às vezes, executaram guerras biológicas contra civis palestinos. Um dos casos mais infames envolveu o envenenamento de poços em vilarejos palestinos com **bactérias do tifo** para impedir o retorno de refugiados. Isso não é um mito ou uma “calúnia de sangue” antisemita – é um fato histórico bem documentado. Arquivos israelenses confirmam essas operações, incluindo um incidente em **1948 em Acre e na vila de 'Ayn Karim**, onde fontes de água foram deliberadamente contaminadas.

O horror desse ato é amplificado por seu eco na história judaica: **Anne Frank**, como muitos outros, não morreu em uma câmara de gás, mas de **tifo**, uma doença transmitida pela água, em Bergen-Belsen. Que um estado que afirma representar as vítimas do Holocausto tenha usado táticas semelhantes contra outro povo é uma ironia grotesca da história.

Táticas Modernas: Vandalismo e Roubo

Hoje, a estratégia passou da guerra biológica para o sabotagem infraestrutural e o roubo. Colonos – muitas vezes com impunidade e às vezes sob proteção militar – **vandalizam os sistemas de água palestinos** por toda a Cisjordânia:

- Eles **se banham em reservatórios de água comunitários**, contaminando o suprimento.
- **Destroem tubos de irrigação** e bloqueiam estradas de acesso a fontes.

- **Atiram buracos em tanques de água nos telhados**, causando a perda de milhares de litros no calor seco do verão.
- **Enchem poços com pedras, concreto ou lixo**, tornando-os inutilizáveis.

Em **julho de 2025**, colonos **desviaram o suprimento de água de mais de 30 vilarejos palestinos próximos a Ein Samia** – não para atender a necessidades críticas, mas para **encher uma piscina privada** em um assentamento próximo. Comunidades inteiras perderam sua única fonte de água fresca enquanto os colonos flutuavam no luxo. Isso não é negligência; é uma declaração de supremacia.

Controle Institucional: Mekorot e Ordens Militares

O vandalismo dos colonos ocorre dentro – e é possibilitado por – um sistema mais amplo de controle estatal israelense sobre os recursos hídricos. Esse regime está enraizado na **Ordem Militar 158**, emitida semanas após o início da ocupação em 1967. Ela exige que os palestinos obtenham permissões para qualquer nova instalação ou reparo de água. Essas permissões quase nunca são concedidas.

Israel controla cerca de 80-85% dos recursos hídricos da Cisjordânia, incluindo os principais aquíferos, fontes e poços. A empresa nacional de água, **Mekorot**, supervisiona a distribuição. O resultado é uma desigualdade gritante:

- **52%** da água extraída vai para o próprio Israel.
- **32%** vai para assentamentos – ilegais sob o direito internacional.
- Apenas **16%** resta para os **milhões de palestinos** na Cisjordânia.

Os assentamentos desfrutam de gramados exuberantes, fazendas irrigadas e piscinas. Enquanto isso, os vilarejos palestinos têm que racionar água, às vezes recebendo apenas **20-50 litros por pessoa por dia**, bem abaixo do **mínimo de 100 litros recomendado pela Organização Mundial da Saúde**.

Saque de Aquíferos e Ecocídio

Uma das fontes de água mais críticas é o **Aquífero Montanhoso**, que se estende pela Cisjordânia e Israel. Perfurações profundas israelenses – usando tecnologias avançadas proibidas aos palestinos – extraem muito mais do que o aquífero pode fornecer de forma sustentável. Essa sobreexploração causou a secagem ou salinização de muitos **poços palestinos**, especialmente no **Vale do Jordão**.

Em vilarejos como **Al-Auja** e **Bardala**, a agricultura tradicional tornou-se quase impossível. Campos outrora prósperos estão abandonados, e pastores são forçados a vender gado devido à desidratação. A própria terra está morrendo – isso é **ecocídio**, não apenas apartheid.

Criminalização da Chuva

Nem o céu é livre. A **coleta de água da chuva**, uma prática secular nas comunidades agrícolas palestinas, é frequentemente criminalizada. Palestinos que constroem cisternas ou

coletam água da chuva sem permissão enfrentam **ordens de demolição**, multas ou confiscos. As autoridades israelenses destruíram dezenas de cisternas em áreas consideradas “não autorizadas”. Em um caso notório, soldados **furaram as paredes de tanques de água da chuva** em uma vila beduína, deixando a água coletada se espalhar pela areia.

Água é Poder

Essa militarização da água não é sobre escassez – é sobre poder. Israel tem água mais do que suficiente para compartilhar. O que nega aos palestinos não é apenas H₂O, mas **dignidade, sustentabilidade e o direito de permanecer em suas terras**. Ao transformar a água em um instrumento de controle e um símbolo de dominação, a ocupação transforma a vida cotidiana em uma luta exaustiva e degradante pela sobrevivência.

Isso não é má gestão ambiental. É privação estratégica – uma guerra travada por tubos e bombas, com o objetivo de tornar a vida insuportável para aqueles considerados descartáveis.

Mudança da Ecologia

Os israelenses frequentemente reivindicam laços ancestrais profundos com a terra, invocando retórica bíblica e se apresentando como “nativos retornados”. Mas sua pegada ecológica conta uma história diferente – uma história de deslocamento violento não apenas de pessoas, mas da própria natureza. A paisagem é forçada a ser remodelada para refletir uma ideologia colonial de assentamento, em vez de um enraizamento autêntico no meio ambiente. Até as árvores testemunham contra a mentira.

Erradicando a Vida Nativa

Por séculos, vilarejos palestinos se sustentaram por meio de uma agricultura profundamente sintonizada com o clima e o terreno locais. Oliveiras – algumas com mais de mil anos – serviam como arquivos vivos de continuidade e cultura. Pomares de cítricos, figueiras, bosques de romãs e colinas terraceadas encarnavam um equilíbrio delicado entre a vida humana e o ecossistema mediterrâneo.

No entanto, na esteira da Nakba e das contínuas apropriações de terra, essas árvores nativas estão sendo **erradicadas** – muitas vezes literalmente. Em alguns casos, a remoção é estratégica: olivais são destruídos para liberar terras para assentamentos ou zonas militares. Em outros, são apagados para **obscurecer evidências de limpeza étnica**, escondendo as ruínas de casas palestinas demolidas sob uma fachada de floresta. O estado israelense e instituições como o **Fundo Nacional Judaico (JNF)** lideraram campanhas massivas de reflorestamento, não com espécies nativas, mas com **pinheiros europeus** – de crescimento rápido, estéreis e estranhos à região.

Colonialismo Ecológico

Esses pinheiros não produzem frutos. Não podem sustentar sistemas alimentares locais, vida selvagem ou biodiversidade. Pior ainda, **acidificam o solo** por meio da queda de re-

sina e agulhas, perturbando o equilíbrio delicado de nutrientes que sustenta plantas nativas. A terra outrora fértil torna-se hostil à agricultura – ervas, vegetais e árvores nativas como oliveiras, alfarrobeiras e amendoeiras não conseguem se enraizar.

Isso não é apenas uma má política ambiental; é **colonialismo ecológico** – terraformando a terra para refletir um ideal europeu, desconectado do conhecimento local ou da sustentabilidade. Onde os palestinos cultivavam vida, a política israelense impõe esterilidade. Onde a paisagem outrora oferecia comida e significado, agora oferece inflamabilidade.

A Natureza Resiste

Mas até a natureza se rebela. As monoculturas de pinheiros europeus são **altamente inflamáveis** – suas agulhas ricas em resina, galhos secos e padrões de crescimento densos criam condições ideais para o fogo. Verão após verão, **incêndios florestais devastam essas florestas artificiais**, colocando em risco não apenas os assentamentos construídos ao seu redor, mas toda a região. Os incêndios frequentemente levam a **evacuações em massa** de cidades e postos avançados, sufocando os céus com fumaça e deixando vastas áreas queimadas e inutilizáveis.

Esses desastres ecológicos expõem as bases insustentáveis da transformação ambiental de Israel. As árvores, como os muros e checkpoints, destinam-se a apagar um povo – mas, ao fazê-lo, criam novas formas de vulnerabilidade. As chamas não distinguem entre colonos e estado. Elas consomem o mito junto com a floresta.

Socorro Internacional

Quando os incêndios se alastram fora de controle – como aconteceu no **Monte Carmelo (2010)**, nas **Colinas de Jerusalém (2021)** e na **Galiléia (2023)** – Israel frequentemente **pede assistência internacional**. O mesmo estado que impõe um cerco a Gaza e anexa terras palestinas sem remorso é rápido em **implorar a governos estrangeiros por aviões de combate a incêndios, equipamentos e ajuda**. A ironia é gritante: as mesmas políticas que desfiguram a terra e deslocam seu povo **minam também a resiliência do próprio estado**.

Uma Política de Terra Arrasada

A substituição da ecologia nativa por ecossistemas estrangeiros e frágeis é uma metáfora para todo o projeto sionista: uma ideologia colonial de assentamento que busca se enxertar em uma terra que resiste, um povo que persiste e uma ordem natural que não pode ser suprimida indefinidamente. As árvores não são apenas testemunhas silenciosas. São vítimas – e, às vezes, são lutadoras.

Implicações sob o Direito Internacional

A situação nos territórios palestinos ocupados não é apenas moralmente indefensável – é **juridicamente criminosa**. De acordo com os princípios estabelecidos do direito humanitário internacional, do direito internacional dos direitos humanos e das convenções vincula-

tivas, as ações de Israel na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental constituem uma **série de graves violações**, muitas das quais atingem o nível de **crimes de guerra e crimes contra a humanidade**.

1. Transferência Ilegal de População

A **Quarta Convenção de Genebra (1949)**, artigo 49(6), proíbe explicitamente uma potência ocupante de **transferir partes de sua própria população civil para o território que ocupa**. Os assentamentos israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, que abrigam mais de 700.000 colonos, são uma violação direta dessa disposição. Esses assentamentos não são apenas “bairros disputados” – são uma **colonização sistemática de terras ocupadas**, em violação de uma das normas mais fundamentais do direito internacional pós-Segunda Guerra Mundial.

2. Opinião Consultiva da Corte Internacional de Justiça (2024)

Em **2024**, a **Corte Internacional de Justiça (CIJ)** emitiu uma **opinião consultiva vinculativa à Assembleia Geral da ONU**, reafirmando que:

- **Os assentamentos israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental são ilegais** sob o direito internacional;
- **Todos os colonos devem ser retirados**;
- **Israel deve compensação ao povo palestino** pela ocupação prolongada, confisco de terras, exploração de recursos e violações dos direitos humanos.

A CIJ também reiterou que **estados terceiros têm a obrigação legal de não reconhecer nem assistir à situação ilegal** criada pelas políticas de Israel. Em outras palavras, a cumplicidade – seja por meio do comércio, venda de armas ou cobertura diplomática – é, por si só, uma violação do direito internacional.

A Assembleia Geral da ONU adotou essa opinião com uma **maioria esmagadora**, conferindo-lhe **forte peso jurídico** sob o direito internacional consuetudinário. Embora as opiniões consultivas não sejam executáveis por si só, elas **codificam o consenso jurídico internacional** e afirmam as responsabilidades dos estados sob tratados existentes.

3. Exploração Ilegal de Recursos Naturais

De acordo com as **Regras de Haia de 1907 (artigos 55-56)** e a **Quarta Convenção de Genebra**, uma potência ocupante deve agir como **administradora temporária**, proibida de **explorar ou esgotar permanentemente os recursos naturais** do território ocupado.

As práticas de Israel – desde o monopólio da água da Cisjordânia por meio da Mekorot, até a restrição do acesso palestino aos aquíferos, até o desvio de recursos para uso exclusivo dos colonos – constituem **saque sistemático**. A negação da água e a destruição dos sistemas agrícolas equivalem a **pilagem**, um crime de guerra sob o **artigo 8(2)(b)(xvi) do Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional (CPI)**.

4. Deslocamento Forçado e Demolições de Casas

O direito humanitário internacional proíbe o **deslocamento forçado**, exceto por razões urgentes de segurança ou humanitárias, e mesmo assim apenas temporariamente. O **Estatuto de Roma** (artigo 7(1)(d)) classifica a “**deportação ou transferência forçada de população**” como um **crime contra a humanidade** quando cometido como parte de um ataque generalizado ou sistemático.

As demolições rotineiras de casas palestinas, ordens de despejo em áreas como Sheikh Jarrah e o deslocamento forçado em regiões como Masafer Yatta – muitas vezes para expandir assentamentos ou declarar zonas militares – **encaixam-se claramente nessa definição**.

5. Apartheid como Crime contra a Humanidade

Talvez a classificação jurídica mais danosa do regime de Israel na Cisjordânia seja o **apartheid** – um sistema de **dominação racial institucionalizada**. Palestinos e colonos israelenses vivem sob **dois sistemas jurídicos completamente separados**:

- **Palestinos** são governados pela **lei militar israelense**, julgados em tribunais militares, privados de liberdade de movimento e sujeitos a punições coletivas.
- **Colonos**, muitas vezes a poucos metros de distância, são governados pela **lei civil israelense**, desfrutam de plenos direitos e proteções e agem com quase total impunidade.

Esse regime jurídico dual, combinado com o roubo sistemático de terras, segregação e supressão de direitos políticos, atende à **definição jurídica de apartheid** sob:

- A **Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid (1973)**;
- O **Estatuto de Roma da CPI** (artigo 7(2)(h));
- E o **direito internacional consuetudinário**, que proíbe a discriminação racial e a dominação.

O apartheid não é apenas uma acusação política – é um **crime contra a humanidade**, e aqueles que o projetam, implementam ou apoiam podem estar sujeitos a **processamento internacional**.

Obrigações para a Comunidade Internacional

A ocupação israelense da Cisjordânia não é apenas uma disputa política não resolvida. É uma **empreitada criminosa**, mantida por meio da violência, possibilitada por uma rede de leis discriminatórias e sustentada por violações dos princípios fundamentais do direito internacional. O quadro jurídico é inequívoco: o que está acontecendo é ilegal, e o mundo tem uma **clara obrigação** – não apenas de denunciar, mas de agir.

Isso inclui:

- Aplicar as **resoluções da ONU**;
- Apoiar **investigações e processos internacionais**;

- Pôr fim ao **apoio militar, econômico e diplomático** à potência ocupante;
- E garantir **justiça e reparações** para o povo palestino.

O direito internacional só faz sentido quando é aplicado. E na Palestina, sua aplicação está atrasada há muito tempo.

Cumplicidade Internacional e Falhas na Aplicação

A luta palestina por justiça, dignidade e autodeterminação é frequentemente descrita como um conflito local ou regional. Mas, na realidade, é parte de um arco histórico mais amplo – um que reflete a **luta do Iluminismo contra o absolutismo monárquico** na Europa dos séculos XVII e XVIII. Naquela época, como agora, um poder dominante reivindicava um **mandato divino** para governar, desapropriar e até determinar quem vive e quem morre. Naquela época, eram os reis que invocavam a vontade de Deus; agora, é um estado que invoca o direito divino para justificar a colonização e a subjugação de um povo inteiro.

O que antes era chamado de **direito divino dos reis** tornou-se o **direito divino dos colonos**. Mas, ao contrário das monarquias europeias, que foram em grande parte transformadas em relíquias cerimoniais da história, o regime israelense sobre a Palestina permanece um **anacronismo de supremacia desenfreada**, isolado da responsabilidade pelas mesmas instituições criadas para prevenir tais abusos.

Paralisia no Conselho de Segurança

De acordo com o **artigo 94 da Carta da ONU**, o **Conselho de Segurança da ONU (CSNU)** tem a responsabilidade principal de fazer cumprir as decisões da **Corte Internacional de Justiça (CIJ)**. No entanto, quando a CIJ declarou em sua opinião consultiva de 2024 que os assentamentos israelenses são ilegais e devem ser desmantelados, o Conselho de Segurança não fez nada. Por quê? Porque os **Estados Unidos** – um membro permanente – continuam a **proteger Israel de todas as consequências** usando seu poder de veto.

Década após década, os EUA **vetaram dezenas de resoluções** que condenavam as violações de Israel ao direito internacional, bloqueando pedidos de sanções, cessar-fogo ou até mesmo investigações independentes. Isso não é diplomacia de princípios – é a **obstrução sistemática da justiça**. Com seus vetos, Washington transformou o Conselho de Segurança em um **cemitério dos direitos palestinos**.

Hipocrisia Europeia: Alemanha e UE

Enquanto os EUA jogam na defesa no Conselho de Segurança, a **Alemanha e outros membros da União Europeia** jogam de forma mais sutil. A Alemanha – assombrada por seu passado nazista – fez do apoio incondicional a Israel um **dogma estatal**, mesmo quando esse apoio contradiz suas obrigações legais sob os **tratados internacionais de direitos humanos** e a **Convenção sobre Genocídio**. Enquanto Israel deixa Gaza faminta e desloca palestinos na Cisjordânia, a Alemanha fornece armas, fundos e cobertura diplo-

mática – trabalhando nos bastidores para **bloquear sanções ou restrições comerciais em nível da UE**.

Isso transformou efetivamente o **direito internacional em um sistema de apartheid em si mesmo**, onde a aplicação depende não da gravidade do crime, mas da identidade do perpetrador. Os mesmos atos que provocariam **condenação, sanções ou processos** se cometidos pela **Rússia, Irã ou Mianmar** são **santificados** quando cometidos por Israel. A mensagem é clara: **algumas vidas valem mais do que outras**, e alguns estados estão acima da lei.

Uma Crise de Legitimidade Global

Essa hipocrisia tem consequências devastadoras – não apenas para os palestinos, mas para a **credibilidade do próprio sistema internacional**. Qual é o significado do **Estatuto de Roma** se sua aplicação é seletiva? Que peso têm as **resoluções da ONU** quando são aplicadas contra alguns estados, mas não contra outros? Que esperança podem ter as vítimas de genocídios ou apartheid quando as **nações mais poderosas subvertem a justiça abertamente**?

Isso não é apenas cumplicidade – é **colaboração**. Ao bloquear consequências, esses governos não são observadores neutros, mas **cúmplices ativos de um crime**.

Fim do Mito do Excepcionalismo Divino

É mais do que hora de acabar com a noção de que **“o povo escolhido por Deus não pode errar”** – um mito que foi **armado** para justificar a colonização, o deslocamento em massa e o apartheid. Nenhum estado – independentemente de sua história, religião ou identidade – tem o direito de violar o direito internacional, desapropriar um povo ou ser isento das consequências de suas ações.

A promessa de **“Nunca Mais”** deveria ser universal. Não “nunca mais para os judeus”, mas **nunca mais para ninguém** – nunca. Essa promessa soa vazia quando é invocada para **justificar** a opressão em vez de **preveni-la**.

Rumo a uma Ordem Global Secular e Justa

O que é necessário agora não é mais retórica, mas uma **ordem internacional secular e baseada em regras** na qual o **direito internacional se aplique igualmente a todos** – incluindo aliados, incluindo Israel, incluindo regimes coloniais de assentamento. Só quando a lei é aplicada sem medo ou favorecimento, a justiça pode ser mais do que um slogan.

O mundo assistiu por tempo demais em Ruanda. Na Bósnia. Em Mianmar. E agora, na Palestina. Cada vez, as instituições do direito internacional são testadas. Cada vez, seu fracasso é escrito no sangue das vítimas.

A história não perdoará o silêncio. Não justificará os duplos padrões. Não tolerará o excepcionalismo divino disfarçado de diplomacia.

O momento de agir é agora – não apenas pela Palestina, mas pelo futuro do próprio direito internacional.

A Ilusão de uma Solução de Dois Estados

Enquanto o genocídio em Gaza entra em seu segundo ano, muitos governos ao redor do mundo tentaram salvar sua reputação com gestos simbólicos – o mais proeminente é o renovado chamado para **reconhecer o Estado da Palestina na cúpula da ONU em setembro**. No entanto, esse reconhecimento tardio, diante da violência catastrófica, não é um ato sério de justiça – é **gaslighting**, uma maneira de **mascarar a inação internacional com declarações vazias**.

A própria ideia de uma solução de dois estados está morta há muito tempo. Agora, ela está sendo **ressuscitada não como um caminho para a paz, mas como uma cortina de fumaça** para permitir os atos finais de destruição de Israel.

Reconhecimento com Condições

Vários estados expressaram vontade de reconhecer a Palestina – mas **apenas sob condições grotescas**:

- A **França** exigiu que os **palestinos se desarmem**, efetivamente pedindo a um povo sitiado, faminto e bombardeado que **abandone seu último meio de resistência** enquanto Israel continua seu cerco e ocupação ilegal.
- O **Reino Unido** condicionou o reconhecimento à **continuação do ataque genocida de Israel** – declarando que o reconhecimento deve “apoiar o direito de Israel à auto-defesa”, mesmo que essa “defesa” tome a forma de **fome em massa, deslocamento forçado e ocupação militar**.

Isso não é reconhecimento; é uma **oferta forçada de rendição**. Exige que os palestinos aceitem sua submissão, fragmentação e aniquilação como preço por serem reconhecidos no papel – uma paródia cruel da diplomacia.

Enquanto isso, Israel ataca esses estados, acusando-os de “**recompensar o terrorismo**”. Mas isso é **o sujo chamando o limpo de sujo**.

As Origens Terroristas do Estado de Israel

Se o terrorismo deve ser condenado, a fundação de Israel deve ser incluída. Os **grupos paramilitares sionistas** Irgun, Lehi (a “Gangue Stern”) e Haganah – **todos precursores das Forças de Defesa de Israel (IDF)** – conduziram uma onda de ataques violentos durante o Mandato Britânico:

- O **ataque ao Hotel King David** (1946) matou 91 pessoas.
- O **assassinato do enviado da ONU Folke Bernadotte** (1948) por Lehi visava interromper os esforços de paz.
- A **Embaixada Britânica em Roma** foi bombardeada em 1946.
- Inúmeros **pontes, mercados e vilarejos árabes** foram atacados e destruídos.

Pelos padrões atuais, esses atos seriam inequivocamente classificados como **terrorismo**. No entanto, quando Israel emergiu dessa violência, não foi isolado nem sancionado – foi **abraçado pelo Ocidente**.

A mensagem é clara: **quando Israel usa a violência, é heroico**; quando os palestinos resistem, é terrorismo. Esse duplo padrão continua a definir o discurso internacional.

Criando Fatos Enquanto o Mundo Fala

Enquanto os líderes mundiais discutem o reconhecimento simbólico, **Israel continua a criar fatos no terreno**:

- Os **assentamentos ilegais** na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental continuam a crescer. O reconhecimento não os **removerá magicamente**, nem devolverá as terras roubadas.
- Em **Gaza, pessoas estão morrendo enquanto falamos**. A IPC (Classificação Integrada de Segurança Alimentar) declarou uma **fome catastrófica e irreversível de fase 5**. Bebês, idosos e doentes estão morrendo **não por falta de comida, mas por sua negação deliberada**.

Mesmo que o acesso à comida fosse subitamente restaurado – o que não é – **o dano é irreversível**:

- **Os cérebros das crianças** privadas de nutrientes **nunca se desenvolverão completamente**, levando a **déficits cognitivos permanentes**.
- **Escolas e universidades**, sistematicamente bombardeadas, eliminaram o acesso à educação de toda uma geração.
- **Traumias psicológicos**, órfãos e amputações em massa criaram um legado de dor diferente de qualquer coisa vista na história moderna. **Gaza agora tem o maior número de crianças amputadas do mundo** – um recorde grotesco que ninguém deveria deter.

Sugerir que os palestinos devam **se desarmar diante disso** não é uma proposta de paz – é um **pacto suicida**. Nenhum povo na Terra concordaria em depor as armas enquanto é sistematicamente faminto, bombardeado e eliminado.

O Reconhecimento Não Para a Colonização

Nem o status de estado garante proteção. A **Síria** era um estado reconhecido quando Israel **tomou e posteriormente anexou as Colinas do Golan**. **Líbano** e **Irã** foram alvos de ataques aéreos, assassinatos e sabotagens israelenses. **O reconhecimento nunca deteve a agressão** quando o agressor goza de total impunidade.

E fingir que Gaza e a Cisjordânia são dois problemas distintos é completamente errar o ponto. Eles são **duas frentes da mesma guerra** – uma guerra para **apagar o povo palestino**:

- **Gaza enfrenta aniquilação por fome e bombardeios**.

- A **Cisjordânia** é estrangulada por **violência de colonos, roubo de água, ocupação militar e anexação rastejante**.

Ambos fazem parte de uma estratégia coordenada de **eliminação**.

A Coexistência Não é Possível sob a Supremacia

Como o mundo pode esperar que os palestinos vivam lado a lado com aqueles que:

- **Chamam abertamente por sua exterminação;**
- **Massacram suas crianças;**
- **Roubam sua água;**
- **E constroem casas sobre suas ruínas?**

Se o desarmamento for exigido, ele deve começar com **Israel** – a potência ocupante, possuidora de armas nucleares e arquiteta desse regime de apartheid. Se os colonos se sentem “inseguros” na presença das pessoas que deslocaram, **são bem-vindos a retornar aos países de onde vieram**.

Uma História Fabricada

Antes da colonização sionista, **judeus, cristãos e muçulmanos coexistiam** por séculos sob o **Império Otomano**. Essa coexistência frágil foi **quebrada** não pelos palestinos, mas pela ideologia do **sionismo político**, que buscava criar um estado judeu em uma terra já habitada.

Em **1933**, o movimento sionista até assinou o **Acordo Haavara** com a **Alemanha nazista**, facilitando a transferência de milhares de judeus alemães para a Palestina em troca de cooperação econômica – uma traição à resistência antifascista judaica na Europa.

A transformação demográfica não foi orgânica:

- **1917**: ~95% da Palestina falava árabe; **<1% falava hebraico**.
- **1922**: ~6% falava hebraico.
- **1931**: ~12%.
- **1947**: ~31%.

Isso não foi um “retorno” – foi uma **transformação colonial de assentamento**.

Como um comentarista israelense, **Avi Grinberg**, observou sombriamente no X:

“Reino Unido: Reconhecemos um estado palestino em setembro.” “Tudo bem. Em setembro, se Deus quiser, não haverá mais nada para reconhecer.”

Esse é o caminho em que estamos. E a menos que o mundo aja agora – não apenas com palavras, mas com **consequências** – essa profecia pode se tornar realidade.

Conclusão: O Tempo da Neutralidade Acabou

O mundo disse “*Nunca Mais*”. Era para ser uma promessa universal – não apenas para as vítimas de um genocídio, mas para todos os povos, em todos os lugares, sempre. Essa promessa agora jaz em ruínas sob os escombros de Gaza e as vilas demolidas da Cisjordânia.

As evidências são esmagadoras. O que está se desenrolando na Palestina não é um “conflito”. Não é uma “disputa”. É um esforço deliberado e sistemático para apagar um povo – por meio da fome, deslocamento, bombardeios, destruição ecológica e leis de apartheid. Gaza está faminta. A Cisjordânia está sendo despedaçada, vila por vila. Juntos, eles formam um único projeto de colonização e aniquilação.

O direito internacional foi claro. A CIJ emitiu seu julgamento. As convenções foram escritas. Os tratados são vinculativos. O que falta não é conhecimento – é **vontade**. E em nenhum lugar esse fracasso é mais visível do que no **Conselho de Segurança da ONU**, paralisado pelo **veto dos EUA** que protegeu Israel da responsabilidade e tornou seus crimes possíveis.

Mas ainda há um caminho a seguir.

De acordo com a **Resolução 377 da Assembleia Geral da ONU (“Unidos pela Paz”)**, quando o Conselho de Segurança não age devido ao veto de um membro permanente, a Assembleia Geral tem a autoridade legal para **superar essa paralisia**. Ela pode convocar uma sessão de emergência e **recomendar ação coletiva** – incluindo **o uso da força** – para restaurar a paz e proteger populações enfrentando graves violações do direito internacional.

A Assembleia Geral deve invocar esse poder **agora**.

Ela deve:

- **Reconhecer que um genocídio está em andamento;**
- **Condenar o regime de apartheid na Cisjordânia;**
- **Autorizar proteção militar para civis palestinos;**
- **E exigir o fim imediato do bloqueio, da ocupação e da expansão de assentamentos de Israel.**

Isso não é radical. É legal. É necessário. E está atrasado há muito tempo.

A ONU foi criada a partir das cinzas da Segunda Guerra Mundial. Sua Carta foi escrita para prevenir os horrores que agora testemunhamos. Se ela não pode agir agora, quando crianças morrem de fome por design e vilas inteiras são apagadas impunemente, então ela falhou em sua missão fundadora.

A comunidade internacional deve escolher: **Estará ao lado da lei, da justiça e da humanidade – ou com o excepcionalismo, a hipocrisia e o genocídio?**

A Palestina é o teste. E a história está assistindo.